

ACAMPAMENTOS RURAIS: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

RURAL CAMPS : TERRITORY AND TERRITORIALITIES

CAMPAMENTOS RURALES : TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES

Haiane Pessoa da Silva
Universidade Federal de Sergipe
haianepessoa@yahoo.com.br

Resumo

Nos últimos anos o espaço agrário brasileiro vem passando por transformações estruturais que tentam minimizar o processo histórico de concentração fundiária. Desta forma, foram criados os territórios do desenvolvimento e da cidadania pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Contudo, essas medidas parecem não estar alcançando os resultados esperados, e, portanto, as formações de acampamentos rurais denunciam que o acesso a terra ainda é um direito a ser conquistado. Deste modo, este artigo analisa a realidade do espaço agrário brasileiro levando em consideração as políticas públicas territoriais adotadas, bem como as estratégias desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais no campo. E, para tanto foram utilizados dados secundários: bibliográfico e consulta aos órgãos (DATALUTA, MDA, INCRA, SEAGRI, IBGE e SEPLAN); e primários, por meio de experiências vivenciadas nos acampamentos no município de Itaporanga D'Ajuda/ SE. Conclui-se que é preciso repensar as estratégias territoriais adotadas até o momento, pois essas medidas não têm alcançado resultados satisfatórios, já que há a perpetuação dos territórios de pobreza e a transformação de acampamentos em territórios fixos.

Palavras-chave: Espaço agrário; Desenvolvimento territorial; Movimento sócio-territorial;

Abstract

In recent years the Brazilian agrarian space is undergoing structural changes that attempt to minimize the historical process of land concentration. Thus, the territories development and citizenship by the Ministry of Agrarian Development (MDA) were created. However, these measures do not seem to be achieving the expected results, and therefore the training of rural camps complain that access to land is still a right to be conquered. Thus, this article analyzes the reality of the Brazilian agrarian space taking into account the adopted territorial public policies and strategies developed by socio-territorial movements in the field. And for both secondary data were used: literature review and consultation with organs (DATALUTA, MDA, INCRA, SEAGRI, IBGE and SEPLAN); and primary through experiences lived in camps in the city of Itaporanga D'Help / SE. We conclude that we need to rethink the territorial strategies adopted so far, since these measures have not achieved satisfactory results, since there is the perpetuation of poverty territories and transformation camps in fixed territories.

Keywords: agrarian space; regional development; socio-territorial movement;

Resumen

En los últimos años el espacio agraria brasileña está experimentando cambios estructurales que tratan de minimizar el proceso histórico de concentración de la tierra. Por lo tanto, se crearon el desarrollo territorios y la ciudadanía por el Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA). Sin embargo, no parece que estas medidas que han de alcanzar los resultados esperados, y por lo tanto la formación de los campos rurales se quejan de que el acceso a la tierra sigue siendo un derecho a ser conquistado. Por lo tanto, este artículo analiza la

realidad del espacio agraria brasileña teniendo en cuenta las políticas públicas territoriales adoptadas y las estrategias desarrolladas por los movimientos socio-territoriales en el campo. Y por tanto se utilizaron datos secundarios: revisión de la literatura y la consulta con los órganos (DATA LUTA, MDA, INCRA, Seagri, IBGE y SEPLAN); y primaria a través de experiencias vividas en campamentos en la ciudad de Itaporanga D'Ayuda / SE. Llegamos a la conclusión de que tenemos que repensar las estrategias territoriales aprobados hasta el momento, ya que estas medidas no han logrado resultados satisfactorios, ya que no es la perpetuación de la pobreza territorios y campamentos de transformación en los territorios fijos.

Palabras clave: espacio agraria; el desarrollo regional; movimiento socio-territorial;

INTRODUÇÃO

A categoria território proposta por este estudo é analisada tanto como demarcações político-administrativas quanto como uma rede de complexas relações culturais e de poder construídas simbolicamente a partir da identidade do sujeito (HAESBAERT, 2004). Assim, o território pode ser percebido nas dimensões do macro e micro espaço, sendo as formações dos acampamentos rurais premissas de um território construído e em construção, de onde emergem várias territorialidades que ajudam a entender o sujeito acampado e como se operam as relações de poder desenvolvidas dentro do acampamento.

Isto posto, este trabalho discorre sobre as relações de poder vivenciadas no meio rural e, para tanto foi apresentado os arranjos territoriais que compõem esse espaço. No entanto, essa organização política-administrativa do Estado muitas vezes não responde às demandas dos movimentos socioterritoriais, a exemplo do MST.

Percebe-se que a realidade dos acampamentos é fluída e passageira, um vir a ser ainda em construção, movido por inconstâncias, incertezas e ocupações não regulamentadas. E as pessoas que ocupam esse espaço são tratadas como “seres invisíveis” à sociedade, não tendo garantia do direito à propriedade e reconhecimento social, ou seja, são indivíduos que sofrem diretamente os efeitos da precariedade das políticas públicas (MARTINS, 2003).

A situação de vulnerabilidade e injustiça social vivenciada pelo acampado é retratada pela historiografia brasileira, de modo que descreve as pessoas de menor poder aquisitivo como “[...] homens e mulheres sem rosto, sem identidade e quando deixam esta posição retornam ao novo contexto histórico na condição de sujeito invisível, oculto, sem vez e sem voz e ganham à denominação genérica de excluídos”, popularmente conhecido como sem terra (SANTOS, 2010, p.97-98).

Em Sergipe, o anseio pela terra ainda uma realidade que se intensifica pela existência de grandes latifúndios (RAMOS FILHO, 2008). De modo que, as formações dos acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra estão associadas à insatisfação pela concentração fundiária (SOUSA, 2009). Portanto, este artigo analisa a realidade do espaço agrário brasileiro levando em consideração as políticas públicas territoriais adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, bem como as estratégias desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais no campo.

METODOLOGIA

A área de estudo situa-se no município de Itaporanga (Figura 1), na região Centro Sul de Sergipe, localizada às margens do rio Vaza-Barris. Apresenta uma população de 30.419 habitantes, estando a 29 km da capital do Estado – Aracaju (IBGE, 2010).

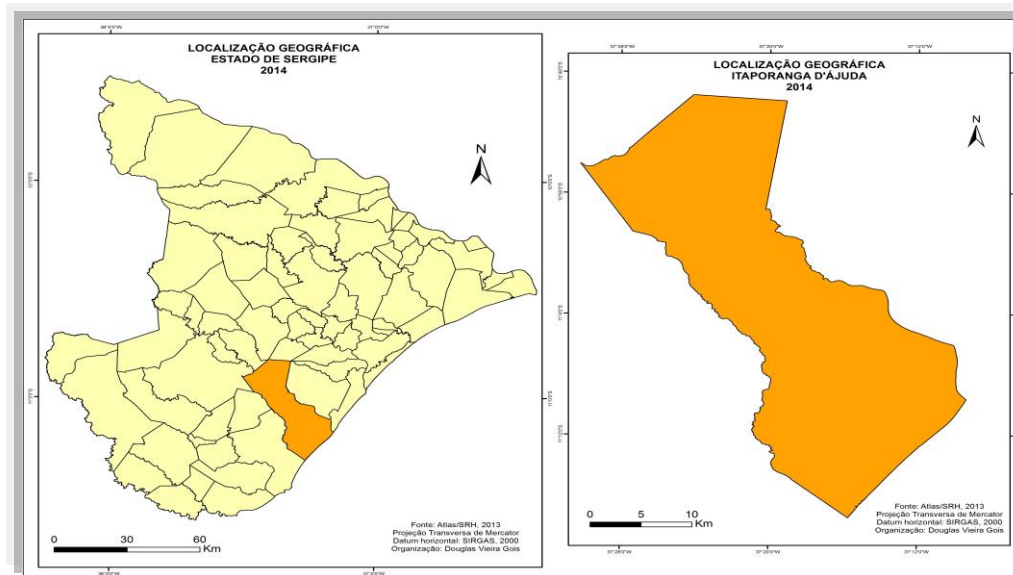


Figura 1: Localização geográfica de Itaporanga D’ajuda/SE. Fonte: Pesquisa, 2014.

Itaporanga D’Ajuda apresenta um número expressivo de acampamentos vinculados ao MST. No entanto, o trabalho de campo restringiu-se a Fazenda São João, povoado Água Bonita, que comporta três acampamentos: Coluna Prestes, Apolônio de Carvalho e João Pedro Teixeira. Esses acampamentos juntos possuem 142 barracos, dos quais 128 estão ocupados por famílias, totalizando 255 pessoas entre adultos e crianças como observado na tabela 1.

Tabela 1: População dos acampamentos estudados. Fonte: PESSOA, 2015.

População do acampamento	Coluna Prestes	Apolônio de Carvalho	João Pedro Teixeira
Pessoas no acampamento	52	122	81
Barracos	46	56	40
Total de famílias	34	56	38
Casais	14	56	38
Solteiros	20	—	—
Crianças ¹	12	10	5

Esse estudo possui natureza descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, onde foi realizado uma revisão bibliográfica, documental e observações *in loco*, que serviram para compreender as diferentes realidades que compõem o espaço territorial. Os dados documentais foram obtidos através dos seguintes órgãos: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de planejamento de Sergipe-SEPLAN, Secretaria da Agricultura, Pecuária,

¹ O critério de seleção para faixa etária das crianças atende aos requisitos da LEI N° 8.069/1990 - Art. 2° que considera criança a pessoa até doze anos de idade (ECA, 1990).

Irrigação, Pesca e Aquicultura- SEAGRI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE e, no Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA.

O trabalho empírico foi realizado através de um roteiro de observação e conversas informais com os acampados e seus coordenadores, a fim de descrever o modo de vida nos acampamentos, bem como compreender as estratégias desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais formados na fazenda São João em Itaporanga D'Ajuda/ SE. Essas informações serviram para descrever o cenário atual desse espaço, revelando suas contradições, resistência e luta.

TERRITÓRIO E MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

O conceito de território tem passado por transformações, sendo constantemente (re) construído ao longo dos anos. De maneira que, pode-se empregá-lo em múltiplas dimensões de análise: cultural simbólico, sociológico ou político administrativo. Assim, para análise do espaço acampado foi utilizado à dimensão cultural simbólico, sem desprezar o território político administrativo (HAESBAERT, 2004).

Culturalmente as ligas camponesas criadas durante a década de 50, na zona da mata pernambucana, sinalizam as primeiras formações dos movimentos socioterritoriais no Brasil. Posteriormente, houve a consolidação dessa luta com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o mesmo vem se estruturando no Brasil ao longo de 30 anos, defendendo como princípio fundamental a resolução da questão agrária ainda não equacionada no país (GOHN, 2009).

O MST se mobiliza para reivindicar o acesso a terra, organizando suas ações em função: da demanda da sociedade, ou seja, da quantidade de pessoas que atendam aos requisitos estabelecidos pelo movimento para terem o direito à propriedade (não ser funcionário público, não trabalhar de carteira assinada, ser residente no município, entre outros); e, da ordem fundiária (quantidade de terras concentradas nos latifúndios) passível de ser objeto de desapropriação (INCRA, 2014). De forma que:

Os movimentos sociais estão se tornando um exemplo de mobilização política na busca de direitos sociais, um agente mediador entre o povo e o Estado. No entanto, é preciso avançar mais para compreender as diversas faces desta relação, à qual é atribuída um papel transformador e portador de novas propostas de organização política, social e econômica, reconhecendo retrocessos e avanços na participação política e nas condições sociais daqueles que compõe o MST (ILHA, 2005, p. 2).

Assim, o MST é o movimento social mais atuante na luta pela reforma agrária no Brasil, possuindo grande atuação e representatividade, como mediador dos conflitos territoriais, sendo o maior fomentador das ocupações e reivindicações pela propriedade da terra no país (Figura 2). Ele agrega, na maioria dos estados, aproximadamente 60% das famílias envolvidas em ocupações e somente nos estados do Pará e Minas Gerais o movimento perde no quantitativo de famílias para os outros movimentos juntos (DATALUTA, 2013).

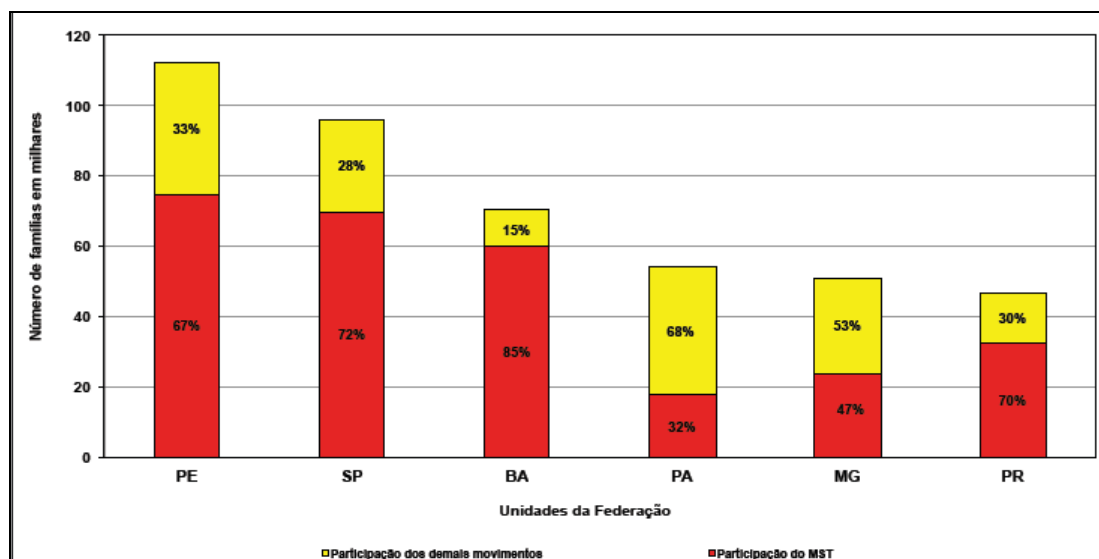


Figura 2: Números de Famílias em ocupações no Brasil - Participação do MST e dos demais movimentos socioterritoriais, no período de 2000-2012. Fonte: DATALUTA, 2013.

O MST defende como ideologia o triunfo da identidade camponesa, que está atrelada aos conceitos de espacialização e territorialização. Posto que, a espacialização se configura pelo modo em que se dá o ordenamento do espaço geográfico, ao passo que a territorialização transborda a configuração espacial fazendo surgir novas territorialidades, que são reflexos da apropriação simbólica do território pelos sujeitos (PEDON, 2013).

A atuação deste movimento tem sido expressiva, no entanto nota-se pelo número de ocupações que estas não ocorreram de forma linear, apresentando oscilações no quantitativo anual entre 1988 a 2013 (Figura 3). Isto aponta que, as variáveis que determinam o aumento das ocupações são: a forma como o movimento está organizado e as políticas governamentais.

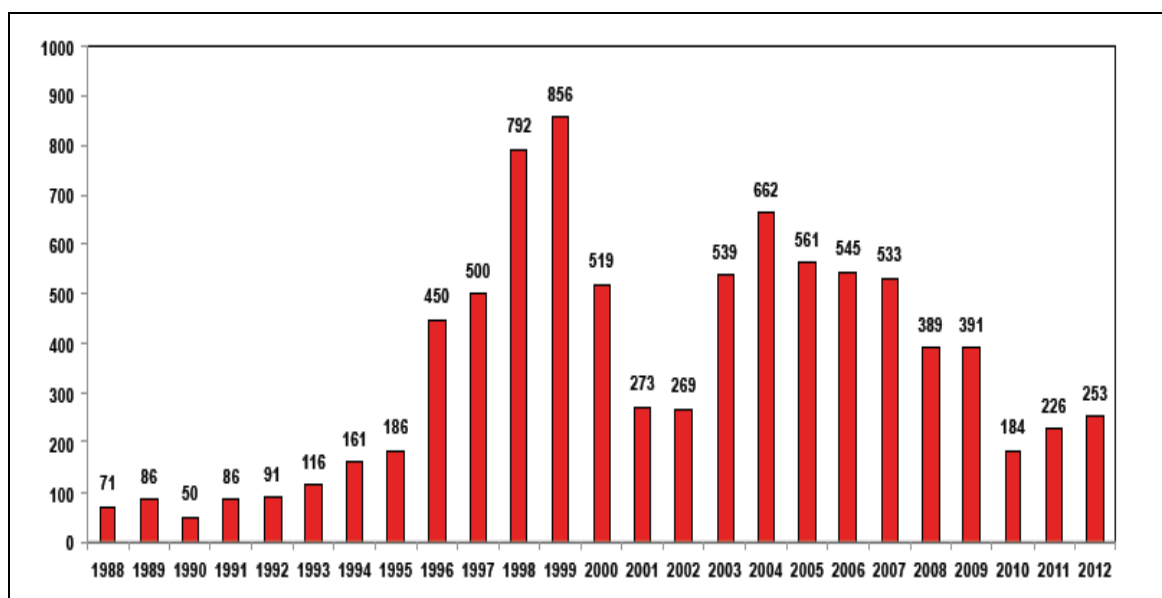


Figura 3: Número de ocupações 1988-2012. Fonte: DATALUTA, 2013.

Apesar de em 1999 as ocupações alcançarem seu ápice, e, isso se refletir nas formações de acampamentos rurais. Os resultados mais efetivos foram alcançados seis anos após, em 2005, com a

concretização de 879 assentamentos em todo Brasil (Figura 4). Esses assentamentos beneficiaram mais de 104 mil famílias (Figura 5).

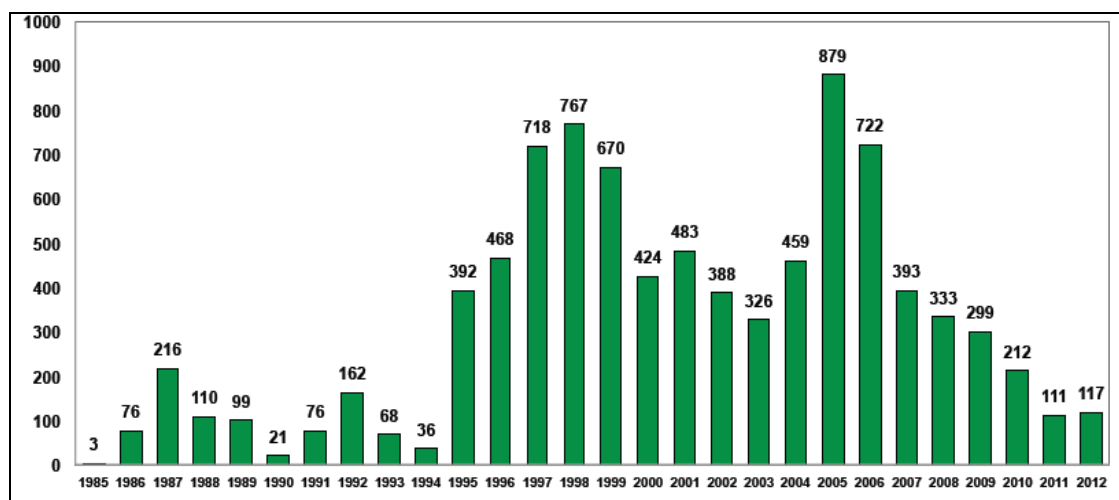


Figura 4: Assentamentos criados 1985-2012. Fonte: DATALUTA, 2013.

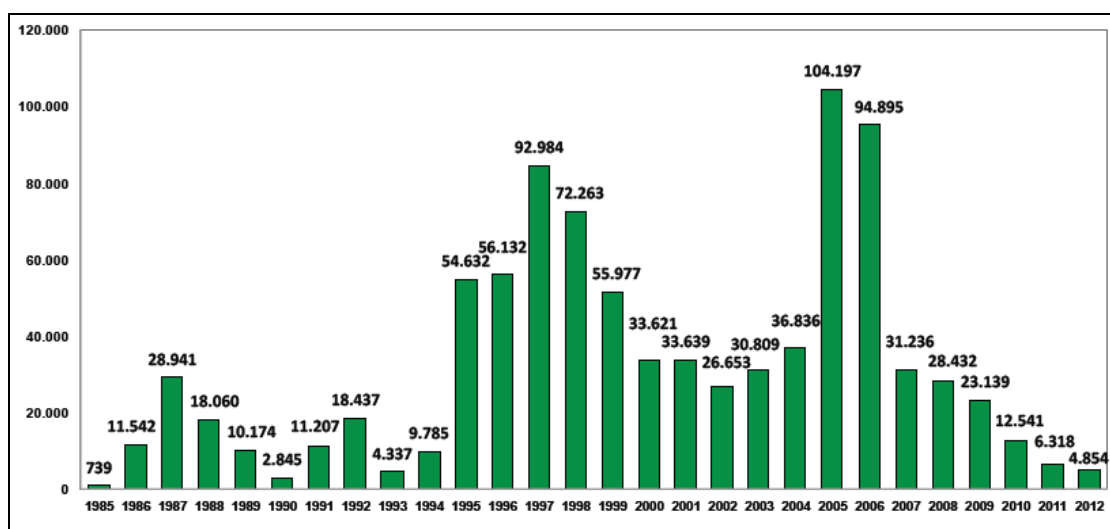


Figura 5: Número de famílias assentadas 1985-2012. Fonte: DATALUTA, 2013.

O assentamento rural é um dos principais fins dos movimentos socioterritoriais e durante a busca pela aquisição de terra, as pessoas que fazem parte do movimento passam por algumas etapas antes de terem essa conquista efetivada. Inicialmente tem-se o estágio das ocupações, posteriormente os acampamentos ou pré-assentamentos, e, finalmente o assentamento (FERNANDES, 2005).

As ocupações são os mecanismos pelos quais os trabalhadores rurais sem-terra (assentados e acampados) desenvolvem estratégia de resistência, ocupando lugares geralmente públicos, por tempo curto, que podem ou não se transformar em acampamentos e posterior assentamentos (SOUSA, 2009).

O acampamento ou pré-assentamento trata-se de um movimento de pequenos produtores rurais e sem terra que reivindicam a reforma agrária, com a construção de barracas próxima as propriedades consideradas improdutivas (BRASIL, 2015). Nesta fase, as pessoas vão se instalando por um tempo indeterminado, resistindo às intempéries impostas pela condição de sobrevivência, na espera da consolidação dos assentamentos (SOUSA, 2009). Oportunidade em que, os acampados se utilizam de algumas estratégias

como a demarcação territorial, definida por um perímetro físico, caracterizado pelo levantamento da bandeira do MST nas diversas fases do movimento, a fim de dar visibilidade social as suas reivindicações.

Desse modo, a luta e a reivindicação pelo acesso a terra se inicia no “território instável”, sem legitimação perante a lei e, portanto, a margem do amparo das políticas públicas. Estas incertezas geradas no processo constante de desterritorialização e reterritorialização fazem com que as relações de pertencimento com lugar não sejam concretizadas, já que são construídos territórios fluídos, em que a qualquer momento o acampamento pode ser desterritorializado, enquanto demarcação física. Logo

presume-se que o território usado pelo acampamento é um espaço de transição, um lugar de passagem, mas um local onde as práticas sociais criam o domínio dos movimentos sociais, inserido no território da propriedade fundiária absoluta (ILHA, 2005, p. 8).

Embora exista instabilidade territorial as relações de poder se mantêm no território simbólico, visto que a ideia engendrada pelo movimento continua existindo, e, portanto, será manifestada materialmente em outro espaço, podendo ser em outro acampamento ou no assentamento. De forma que esse espaço impõe uma territorialidade que o acompanha e se reproduz.

Para Milton Santos (2006, p.61), os objetos são inseparáveis das ações e portanto, “[...] a sociedade adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos”, mudando sempre de significação, mediante a mobilidade dos acampados.

O movimento socioterritorial dentro do espaço rural é constituído por múltiplos territórios sociais e culturais, tanto no espaço dos acampamentos como nos assentamentos rurais. E estes territórios consolidados de maneira diferenciada servem como mecanismo denunciador da injusta condição de vida imposta a um conjunto cada vez mais crescente da população (FERNANDES, 2005).

Portanto, esses movimentos se constituem como organismos importantes na busca por se levantar a poeira sobre as ações que tentam esconder as discrepâncias econômicas entre as classes sociais, fazendo com que uma determinada fração da sociedade se aproprie de maneira desigual do território e dos meios de produção. Assim, a união dos acampados ao movimento resgata a identidade individual e coletiva dos envolvidos nessa luta (MOREIRA, 2006).

Essa identidade coletiva é instrumento de empoderamento e de fortalecimento dos sujeitos acampados. No entanto, se houver um desvirtuamento da ideologia da Reforma Agrária², esse movimento pode se constituir em uma ferramenta de manipulação e concretização de interesses privados, em detrimento do desejo coletivo, levando ao descrédito de toda a luta.

Nesse sentido, Sack afirma que “[...] a territorialidade pode ser definida como uma tentativa de um grupo ou indivíduo de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e exercendo controle sobre uma área geográfica dada” (1983, p.55).

² A reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser um instrumento de contenção do êxodo rural (MITIDIEIRO JÚNIOR, 2001).

Logo, a territorialidade ganha significado, deixando de ser compreendida apenas como um espaço produzido ao longo de um determinado tempo pelo homem e, passando a ser visto como uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que habitam o território (TURATTI, 1999).

O território simbólico é discutido a partir das percepções e das sensações dos sujeitos em um determinado espaço de apropriação, ou seja, não se trata de um território fixo. De maneira que, as pressões exercidas pelos movimentos do campo vêm ao longo do tempo (re) significando o sentido da territorialidade.

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A tentativa de resolver o ordenamento territorial do Brasil fez com que em 1985 fosse criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujas competências são: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (MDA, 2014).

A importância da criação deste órgão se deu pela “[...] necessidade de se legitimar, como políticas de Estado, as questões agrárias e fundiárias, além de responder às demandas da sociedade e dos movimentos que buscam a reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na agricultura familiar” (MDA, 2014).

Contudo, ainda não se tem políticas agrárias estruturadas para promover um adequado gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento tecnológico, social e agrícola no espaço rural. Posto que, a conformação política - administrativa sobre o viés do macro território não contempla as especificidades do micro-espaço (escala local), fazendo com que se perpetuem as desigualdades locais. Fernandes (2008, p. 297) enfatiza que “[...] o desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamento como territórios”.

No Estado de Sergipe foi criado no ano de 2007 o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo – PDTP, por meio da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, que desencadeou no mapeamento dos oito territórios do desenvolvimento. Essa medida administrativa teve como intuito a mobilização popular e o arrecadamento de recursos financeiros, na busca por incentivar as vocações regionais, criando especializações dentro do território (SEPLAN-SE, 2015).

Assim, o território sergipano é representado pelos seguintes arranjos territoriais: Agreste Central, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Centro Sul, Grande Aracaju, Leste, Médio Sertão e Sul. Esse

ordenamento se deu principalmente por entender que as microrregiões apresentam características comuns, sendo elas: econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais (SEPLAN, 2015).

Os critérios adotados para divisão dos territórios de desenvolvimento de Sergipe são em sua maioria determinados por interesses políticos. E essa demarcação influencia na distribuição dos recursos públicos, sendo este um condicionante favorável para consolidação de futuras áreas de assentamento (SOUSA, 2009).

Assim, para se compreender o território é preciso conhecer todos os aspectos que envolvem a sociedade, já que “[...] o território é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria [...] é local e global é singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]” (SAQUET, 2005, p.144). Afinal é nesse emaranhado de relações que os territórios são constituídos, (re) significados e as relações de poder são capazes de organizar o espaço através de seus novos usos.

Neste sentido, o território influencia na maneira como os acampados se relacionam entre si, com o movimento e com o meio ambiente. De modo que, pode-se visualizar essas interações nas seguintes dimensões:

A dimensão estrutural e política administrativa expõem o respeito ao formato organizacional proposto pelo MST aos acampados, ou seja, em todo o território brasileiro prevalecem as mesmas regras para os acampamentos que são: mobilizações para adesão das pessoas ao movimento; as marchas reivindicatórias e a padronização das barracas feitas de lonas, umas dispostas ao lado da outra (SILVA et al, 2013).

Já a dimensão econômica, trata-se da obrigatoriedade do acampado possuir alguma atividade que gere renda, seja ela desenvolvida dentro do acampamento (agricultura, pecuária, artesanato ou comércio), ou fora dele, através de atividades remuneradas como: construção civil, carpintaria, autônomo, etc (FELICIANO, 2006).

A dimensão cultural está relacionada aos hábitos individuais e coletivos herdados por meio da família ou repassados pelo MST, quando os acampados se agregam ao movimento por meio da tradição familiar, adquirindo experiências sobre o manejo do solo e cultivo agrícola. Enfim, são lições que estreitam o vínculo do acampado com o território (TURATTI, 1999).

Por fim, na dimensão social, o acampado sofre com falta de acesso às políticas públicas primordiais para dignidade do ser humano, a exemplo das: precárias condições de saneamento básico, acesso à saúde e educação entre outros. Além da privação de todos esses direitos, esses sujeitos convivem ainda com a exclusão social (SOUSA, 2009).

Isto posto, percebe-se a necessidade do INCRA “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” para os acampamentos. Deste modo, destinar verbas para projetos de apoio às atividades produtivas como: aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, assistência técnica e extensão

rural, disponibilização de insumos, implantação de obras e equipamentos para oferta de água são necessidades detectadas (MDA, 2015).

A partir dessas iniciativas foram definidos quatro territórios da cidadania em Sergipe, sendo eles: Sul Sergipano, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Alto Sertão, que comportam 52 municípios dos 75 existentes no Estado (Figura 6).

Nº	Território	Nº de Municípios	Municípios	População Total	População Rural	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas
1	Alto Sertão	7	Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha	137.331	76.478	11.275	3.138
2	Baixo São Francisco	14	Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha	122.694	53.797	7.098	918
3	Sertão Ocidental	19	Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto	433.220	192.152	40.236	1.390
4	Sul Sergipano	12	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d' Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba	268.025	125.414	20.747	1.207

Figura 6: territórios da cidadania e total de população envolvida. Fonte: pesquisa, 2015.

Assim, no Estado de Sergipe, o território do Alto Sertão e Sertão Ocidental são as áreas que apresentam maior número de assentamentos. O Alto Sertão apresenta o maior número de assentamentos, devido às terras terem um menor valor comercial, isto porque as condições do clima, solo e a distribuição de água não favorecem a agricultura ou a pecuária, uma vez que é a região mais seca do estado. Deste modo, existe um barateamento das propriedades e, portanto, maior nível de compra pelo INCRA. Porém, é o Sertão Ocidental que abarca o maior quantitativo de pessoas por acampamento, já que nesta área os acampamentos são maiores (SOUSA, 2009).

TERRITÓRIO ACAMPADO EM SERGIPE: O CASO DE ITAPORANGA D'AJUDA

Em Itaporanga existem grandes propriedades rurais concentradas (Tabela 2) em posse de poucas pessoas (1793 ha para somente 4 indivíduos). Apesar disso, o INCRA/SE não pode precisar quais destas são fazendas improdutivas e passíveis de assentamento, demonstrando que não há garantias de que os acampados adquiram a propriedade da terra (INCRA, 2015).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários segundo estrato de área 2006Fonte: IBGE, 2006.

Município = Itaporanga d'Ajuda – SE				
Grupos de área total	Variável			
	Nº de estabelecimentos agropecuários	Nº de estabelecimentos agropecuários (%)	Área dos estabelecimentos agropecuários-ha	Área dos estabelecimentos agropecuários (%)
Total	1.820	100,00	21.547	100,00
Menos de 10 há	1.576	86,24%	3.002	13,94%
De 10 a menos de 20 ha	71	3,90%	947	4,39%
De 20 a menos de 500 ha	112	6,14%	10.360	48,07%
De 500 ha a mais	4	0,21%	1.793* ³	8,32%
Produtor sem área	57	3,13%	-	-

Os Acampamentos analisados possuem tempos de formação diferenciados, ou seja, o acampamento Colônia Prestes foi fundado no ano de 2001, já o João Pedro Teixeira e Apolônio de Carvalho no ano de 2011. Isto mostra que, esses territórios que eram para ser fluídos e passageiros estão se prolongando por vários anos (MST, 2015).

De acordo com os Coordenadores dos acampamentos, muitas pessoas aderem ao MST e vão para Itaporanga D'Ajuda, seduzidos pelo solo fértil e pela localização do município próximo à grande Aracaju, facilitando o deslocamento para os centros urbanos. Além disso, esses acampamentos possuem um grande número de pessoas acampadas oriundas de municípios próximos, como: Nossa Senhora do Socorro, Aracaju e São Cristóvão. E ainda é possível encontrar uma pequena porcentagem de moradores provenientes de outras cidades (Lagarto, Malhador, Itabaiana e Carira), conforme ilustrado no Gráfico 01:

³ As propriedades de 2500 ha a mais não pontuaram na variável área de estabelecimentos agropecuários por hectares pois as unidades territoriais com menos de 3 (três) informantes foram desidentificados (IBGE).

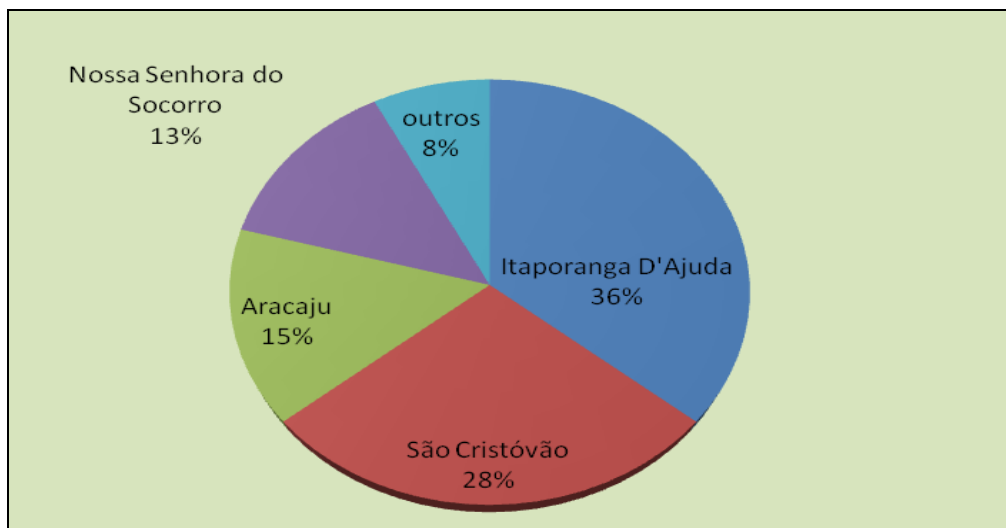


Gráfico 01: Municípios de residencia dos acampados entrevistados/2015. Fonte: PESSOA, 2015.

Os acampamentos observados apresentam territorialidades semelhantes, pois o modo de vida das pessoas se homogeneíza, uma vez que as dificuldades enfrentadas são as mesmas. Logo, Sousa enfatiza que:

Um acampamento pode ser extinto não apenas por se transformar em pré-assentamento ou assentamento, mas por diversos motivos que fazem parte das estratégias de luta e organização dos movimentos sociais envolvidos. Como por exemplo, pode ser citada a junção com outro acampamento a depender da necessidade de fortalecimento da luta e da pressão próximo a outros imóveis. (SOUSA, 2009, p. 172).

Nesses acampamentos há um entrelaçado de barracas e famílias, sem um critério linear de organização que fortalece os hábitos coletivos, mas também gera tensões entre as lideranças locais e entre os próprios acampados, já que a não demarcação física de cada território faz com que os sujeitos disputem internamente o espaço territorial.

Além disso, o funcionamento do acampamento segue uma lógica peculiar com exigências de que a terra seja cultivada, que tenha rodizio de vigilância no lugar e permanência dos acampados no acampamento pelo menos três dias por semana. Acrescentam-se as essas determinações as normas oriundas de acordos realizados entre o INCRA e o MST.

A organização local é de responsabilidade dos coordenadores locais, ou seja, pessoas acampadas indicadas pelo MST, ou eleitas pelos seus pares. Essas coordenações têm a função de fiscalizar se as atividades estão sendo cumpridas e disponibilizar a lista de frequência para assinatura nos dias estipulados de permanência na fazenda. O não cumprimento das normas estipuladas pelo MST pode acarretar na expulsão de alguns acampados e cabe aos coordenadores grupais fiscalizarem conjuntamente com os coordenadores locais o cumprimento dessas determinações.

Ressalta-se que, as principais normas para a permanência no local são: ficar pelo menos três dias com três noites no acampamento, produzir na terra, fazer a limpeza da fonte (parte do rio que serve para abastecimento manual do acampamento), manter-se em harmonia com os companheiros, entre outras.

Convém destacar que, existe para os acampados “um auxílio” para permanência no lugar. Esse “auxílio” consiste no recebimento de uma cesta básica sem período sequencial definido, podendo ser entregue mensalmente, trimestralmente ou semestralmente. As cestas são repassadas pelo INCRA ao movimento e entregues as famílias pelos coordenadores locais.

Essa hierarquização reflete a uniformidade local do território com barracos construído em sua maioria de lonas pretas com plantações de rápida colheita, pois o movimento prega o cultivo para subsistência e de fácil manuseio, já que a qualquer momento as famílias podem ser acampadas ou assentadas em outra área. Deste modo existe uma padronização dos produtos cultivados (macaxeira, milho e feijão) como podemos verificar na Figura 7:

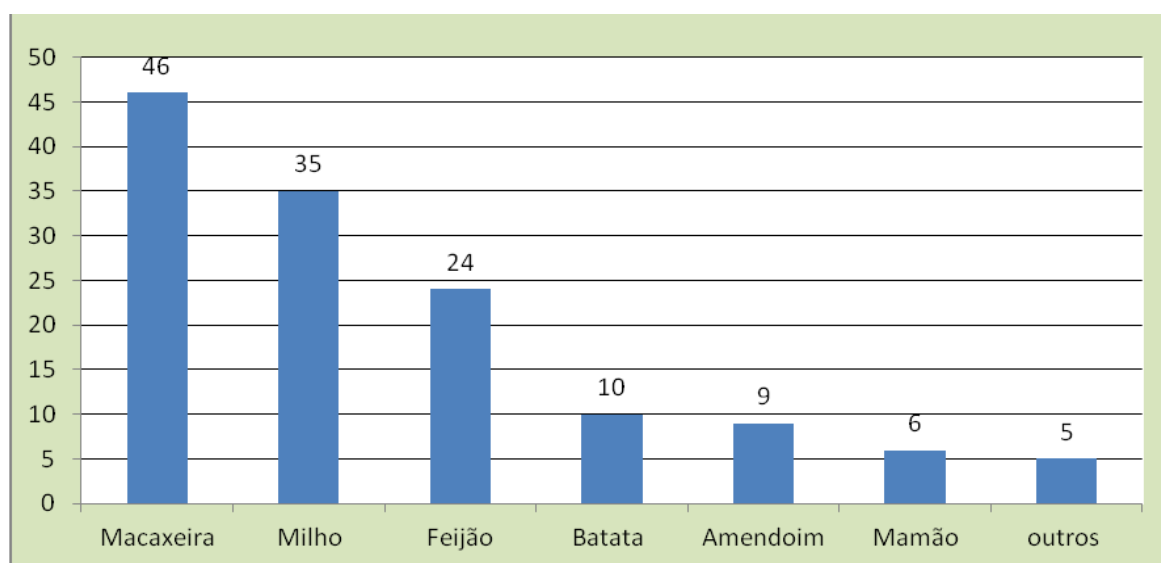


Figura 7: Produtos cultivados nos acampamentos. Fonte: PESSOA, 2015.

Assim, conclui-se que o território é uma variável de análise subjetiva que perpassa pela materialização do espaço físico e se concretiza nas relações de poder que se desenvolvem no espaço, posto que cada acampamento possui uma dinâmica própria de funcionamento, mesmo se sujeitando as regras de organização estabelecidas pelo movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que os acampamentos analisados são territórios físicos e simbólicos que convergem para várias territorialidades. E uma visão de sobrevoo, com propostas de divisão administrativa e organizacional como as contempas pelo MDA não captam as singularidades existentes no espaço rural. Logo, é preciso mergulhar nas realidades locais para entender todo o fio condutor do ordenamento territorial a ser buscado.

O MDA desenvolve um processo de regionalização que visa mitigar os problemas socioeconômicos entre os territórios, contudo esse planejamento possui aristas que precisam ser equacionadas com o auxílio da gestão local.

Isto posto, o MST desponta como via de acesso a terra pelos sujeitos de menor poder aquisitivo, uma vez que muitas conquistas foram desencadeadas por esse movimento socioterritorial com a efetivação dos assentamentos no nosso país. No entanto, na prática seus objetivos, por vezes, podem ser desvirtuados em detrimento a interesses particulares de seus dirigentes, o que pode gerar um descrédito nesse movimento.

Portanto, as relações que envolvem o desenvolvimento territorial podem fragmentar os espaços em partes discordantes, promover desigualdades e diferentes formas de exclusão. Neste sentido, é preciso repensar as estratégias territoriais adotadas até o momento, pois essas medidas não têm alcançado resultados satisfatórios, já que há a perpetuação dos territórios de pobreza e a transformação de acampamentos em territórios fixos.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A.C. *O que são os assentamentos rurais?* São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos), 1966.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/ SE. Disponível em: www.incra.gov.br. Acessado em 23 de abril de 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. *Secretaria de desenvolvimento territorial*. Brasília, 2003. Disponível em www.mda.gov.br.

DATALUTA. Banco de Dados de Luta pela Terra. *Relatório 2013*. Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta.

FELICIANO, C. A. *Movimento Camponês Rebelde a reforma agrária no Brasil*. 1 ed. Editora contexto. São Paulo, 2006.

FERNANDES, B. M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. 218 f. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais. *Revista NERA* – ano 8, N. 6 – 2005, p. 24-34.

FERNANDES, B. M. *Sobre a tipologia dos territórios*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO e FAPESP, 2008.

FERNANDES, B. M. Relatório DATALUTA 2010. Presidente Prudente: *NERA*, 2008.

GOHN, M. da G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Loyola, 2ª edição, 2009.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Censo populacional 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 de setembro de 2014.

_____. *Sistema IBGE de dados agregados* (– SIDRA, 2006). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

ILHA, M. H. *A territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os acampamentos do MST em Iaras (SP)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociências. 2005.

LOPES, E. S. A. *Um Balanço da Luta pela Terra em Sergipe – 1985/2005*. In: Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos Urais em Sergipe. Aracaju- SE: EMBRAPA, 2008.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MITIDIEIRO JÚNIOR, M. A. *Reforma Agrária no Brasil: Algumas Contribuições Sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais*. Anais da XII Jornada do Trabalho. Curitiba, 2011.

MOREIRA, E. *Territórios de esperança*. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2006.

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: contexto, 1991.

_____. *O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua*. In: Conflitos no Campo – Brasil, Goiânia: CPT Nacional, 2008. 168 páginas.

PEDON, N. R. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo. Editora Unesp, 2013.

RAMOS FILHO, E. *Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária E Reforma Agrária De Mercado (2003 – 2006)*. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”). Presidente Prudente- SP, 2008.

SACK, R. *Human territoriality: A teory*. In: Annals of American Geographers, 1983. p. 55-74.

SANTOS, N. D. dos. “*O passado presente na questão Agrária Brasileira*.”. In: ARAÚJO, Hélio Mario de; SANTOS, Núbia Dias dos (orgs.) *Temas de Geografia Contemporânea Teoria, Método e Aplicações*. São Cristóvão/SE. Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 4 edição, 2006.

SAQUET, M. A. *O território: diferentes interpretações na literatura italiana*. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

Secretaria de Estado da agricultura, do desenvolvimento agrário e pesca da pesca - SEAGRI. Disponível em: www.sagri.se.gov.br. Acessado em 23 de outubro de 2014.

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN. *Territórios do Desenvolvimento de Sergipe*. Disponível em: www.seplan.df.gov.br. Acessado em: 11 de março de 2014.

SILVA *et al.* Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas recentes do Espaço Agrário. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: *Reencuentro de saberes Territoriales Latinos*- 14 EGAL, Perú, 2013.

SOBREIRO FILHO, J. Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. Revista *Geographos Giecryal*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2011.

SOUSA, J. M. de M. *Do acampamento ao assentamento: Uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe*. Tese de Doutorado (Núcleo de pós-graduação em geografia- NPGE) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009. 393p.

TURATTI, M. C. M. *Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. São Paulo: USP. Dissertação de mestrado, 1999. 320 pgs.